

CERJ - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/MF 33.050.071/0001-58 –
NIRE 33 3 00054944-4
Companhia Aberta

**Ata das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária
realizadas em 29 de abril de 2004, lavrada na forma de sumário**

1. **Data, hora e local**

Dia 29 de abril de 2004, às 10 horas, na sede social da Companhia, na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

2. **Editai de Convocação**

Editai de Convocação regularmente publicado no Diário Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, nos dias 14, 15 e 16/04/04, às folhas, respectivamente, 22, 21 e 30, no jornal "O Fluminense", nos dias 14, 15 e 16/04/04, respectivamente às folhas 5, 5 e 5 (Política), e no "Jornal do Comércio", nos dias 14, 15 e 16/04/04, respectivamente às folhas A-16 (Mundo), A-3 (Economia) e A-4 (Economia).

3. **Mesa**

Presidente: Gonzalo Carbó de Haya
Secretário: Antonio Paulo Machado Fagundes

4. **Presenças**

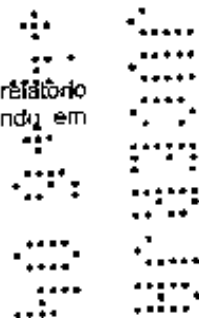
Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito de voto, conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas. Presontos também os Srs. José Alejandro Inostroza Lopez e Abel Alves Rochinha, respectivamente Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro da Companhia; o Sr. Julio Moratalla Alonso, e a Srª. Michelli Santana Magdalena Vilfela, auditora da Deloitte Touche Tohmatsu, auditores independentes da Companhia.

5. **Ordem do Dia**

Assembléia Geral Ordinária:

- (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2003;
- (ii) Destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos;
- (iii) Eleição de membros do Conselho de Administração.

Rio de Janeiro



- (iv) Fixar a remuneração global anual dos administradores.

Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) Homologação e efetivação do aumento do capital social da Companhia de R\$ 915.424.300,38 para R\$ 1.625.424.300,38, com um aumento do montante efetivo de R\$ 710.000.000,00, mediante subscrição particular de 1.339.622.641.509 novas ações ordinárias, ao preço da subscrição de R\$ 0,53 por lote de mil ações, tudo conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de janeiro de 2004, e a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social;
- (ii) 2ª emissão, em série única, de 29.400 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie com garantia flutuante e garantia adicional de penhor de direitos de crédito da Companhia, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, no montante total de R\$ 294.000.000,00, bem como fixação do montante mínimo de colocação das debêntures da 2ª emissão para que seja mantida a oferta das debêntures;
- (iii) delegação ao Conselho de Administração dos poderes previstos no § 1º do Art. 59 da Lei 6.404/76 e § 1º do Art. 22 do Estatuto Social e autorização para que os administradores da Companhia, observados os termos e condições a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, possam praticar e adotar todos os atos e medidas cabíveis para implementar a distribuição pública das debêntures.

6. Deliberações tomadas pela unanimidade dos acionistas presentes

Assembleia Geral Ordinária

- (i) Foram aprovadas, sem ressalvas, as contas dos administradores, o relatório da administração, as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2003, e o Parecer dos Auditores Independentes relativo ao mesmo exercício.

A acionista EDP Internacional, pelo seu procurador presente na Assembleia, entregou ao Presidente da Mesa uma carta com ressalvas ao Item 22, alínea "e", das Notas explicativas às Demonstrações Financeiras da CERJ, encerradas em 31/12/2003.

- (i) Em face dos prejuízos verificados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2003, constatou-se a inexistência de lucros a distribuir.
- (ii) Em razão do término do mandato dos atuais membros titulares e suplentes do Conselho de Administração, foi aprovada a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, para um mandato de 2 (dois) anos, a findar na Assembleia Geral Ordinária de 2006:

Membros Titulares:

ANTÔNIO FERNANDO MELO MARTINS DA COSTA, português, divorciado, engenheiro, portador do RNE nº V379072-Q, e do CPF nº 230.450.848-00 residente e domiciliado na Rua Escobar Ortiz nº 499 Vila

Nova Conceição, São Paulo, SP, que ocupará o cargo de Presidente do Conselho de Administração;

GONZALO CARBÓ DE HAYA, espanhol, casado, engenheiro, portador do passaporte espanhol nº P275338, residente e domiciliado na Príncipe de Vergara, nº 187, Madri, Espanha, que ocupará o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração;

CARLOS ALBERTO SILVA DE ALMEIDA E LOUREIRO, português, casado, engenheiro eletrotécnico, portador do passaporte português nº E572795 e do CPF nº 228.339.958-06, residente e domiciliado na Cidade de Cascais, na Rua Manoel Julio Carralho Costa, nº 116 – 3ª direita – 2750 – Portugal;

MARTIN SERRANO SPOERER, chileno, casado, engenheiro comercial, portador do passaporte chileno nº 13.039.523-6, residente e domiciliado na Calle Santa Rosa, 76, p.º 15, Santiago, Chile;

MARCELO ANDRES LLÉVENES REBOLLEDO, chileno, casado, engenheiro comercial, portador da carteira de identidade RNE nº V383282-E, inscrito no CPF sob o nº 058.686.147-55, residente e domiciliado na Av. Senambetiba, 5300, Bl. 2 – Apt. 101 – Condomínio Golden Green, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro

GERARDO MARCELO ROGELIO SILVA IRIBARNE, engenheiro, chileno, portador do passaporte nº 5056359-6, domiciliado na Calle Santa Rosa, 76, piso B, Comuna de Santiago, Santiago – Chile,

ALFONSO ARIAS CAÑETE, espanhol, casado, advogado, portador do passaporte nº 50000793856-C, com domicílio na Plaza Pablo Ruiz Picasso s/nº – Torre Picasso – Planta 28 – Madrid;

RAFAEL JOSÉ LÓPEZ RUEDA, espanhol, casado, economista, portador do Passaporte Espanhol nº 9901103348, residente e domiciliado na Calle Santa Rosa, 76, Santiago, Chile;

FRANCISCO CARLOS PEREIRA COELHO, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 51896447, IEP, e do CPF nº 641.856.567-34, residente e domiciliado na Rua das Samambaias, Lote 5, Quadra C, Recanto do Japão, Araruama, RJ (representante dos empregados e aposentados da Companhia);

Respectivos Membros Suplentes:

JOAQUIM ARMANDO FERREIRA DA SILVA FILIPE, português, casado, engenheiro, portador do RNE nº V201675-B, e do CPF/MF nº 053.762.217-82, residente e domiciliado na Rua Bandeira Paulista, 530 – 14º andar, São Paulo – SP.

JOSÉ ALVES DE MELLO FRANCO, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da identidade nº 23.470/D, CREA, e do CPF nº 283.567.996-00, residente e domiciliado na Av. Quintino Bocaiuva, 1911-A, Aptº 316, São Francisco – Niterói – RJ;

ANTONIO JOSÉ SELLARE, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da identidade nº 7.780.432-6-SSP/SP, e do CPF/MF nº 533.003.948-72, residente e domiciliado na Rua São Firmo nº178, Alto de Pinheiros, São Paulo - SP;

FERNANDO GASTON URBINA SOTO, chileno, casado, engenheiro civil, portador do passaporte nº 5920094-1, domiciliado na Calle Santa Teresa de Los Andes, 9100/62, Vitacura, Chile;

Permanecem vagos 5 (cinco) cargos de membros suplentes do Conselho de Administração, a serem preenchidos em futura oportunidade.

O membro eleito, Sr. ANTÔNIO FERNANDO MELO MARTINS DA COSTA, por indicação dos acionistas presentes, deverá tomar posse em seu cargo tão logo satisfeita a condição de aprovação pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Sendo de funcionamento não permanente, não foi pedida a instalação do Conselho Fiscal para o exercício corrente.

- (iv) Foi aprovada a remuneração global para os membros do Conselho de Administração, até a próxima Assembleia Geral Ordinária, no limite máximo de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), ficando de responsabilidade do Conselho de Administração a distribuição desses valores. Foi aprovado, ainda, o montante global da remuneração da Diretoria, de acordo com o art. 152 da Lei das Sociedades por Ações, até a próxima AGO, fixado no mesmo valor do exercício passado, ou seja, R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais), acrescido da variação do IGP-M no período anual, totalizando R\$ 3.888.036,69 (três milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, trinta e seis reais e sessenta e nove centavos) entre rendimentos fixos e variáveis, competindo ao Conselho de Administração deliberar sobre o montante individual dos membros da Diretoria e os critérios para tal individualização, na forma prevista no item (xi) do § 1º do art. 14 do Estatuto Social da Companhia.

Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) Foi homologado e efetivado o aumento do capital social da Companhia de R\$ 915.424.306,38 para R\$ 1.825.424.306,38, com um aumento do montante efetivo de R\$ 710.000.000,00, mediante subscrição particular de 1.339.622.641.509 novas ações ordinárias, ao preço de subscrição de R\$ 0,53 por lote de mil ações, tudo conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de janeiro de 2004, e a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social, o qual passará a vigorar com o seguinte texto consolidado:

Artigo Quinto: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 1.825.424.306,38 (um bilhão, seiscentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, trezentos e seis reais e trinta e oito centavos), dividido em 4.235.186.511.194 (quatro bilhões, duzentos e trinta e cinco milhões, cento e oitenta e seis mil, quinhentos e onze mil, cento e noventa e quatro) ações ordinárias, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. O capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, na forma do Art. 168 da Lei nº 6.404/76, por mera deliberação do Conselho de Administração, no valor máximo de R\$ 142.307.692,88 (cento e quarenta e dois milhões, trezentos e sete mil, seiscentos e noventa e dois reais e oitenta e oito centavos), até o limite de R\$ 1.767.731.909,26 (um bilhão, setecentos e sessenta e sete milhões, setecentos e trinta e um mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte e seis centavos), mediante a emissão das ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do Art. 172 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Segundo. As ações da CERJ serão escriturais, permanecendo em contas de depósito em Instituição autorizada, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos Arts. 34 e 35 da Lei nº 6.404/76, cabendo a cada ação o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- (II) Foi aprovada e autorizada a 2ª emissão pela Companhia ("2ª Emissão"), sob o regime de garantia firme e melhores esforços, em série única, de 29.400 (vinte e nove mil e quatrocentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas escriturais, da espécie com garantia flutuante, e com garantia adicional de penhor conforme a seguir, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, perfazendo o montante total de R\$294.000.000,00 (duzentos e noventa e quatro milhões de reais) para distribuição pública ("Debêntures" e "Distribuição Pública"), sendo que deverão ser colocadas, no mínimo, 27.000 (vinte e sete mil) Debêntures, perfazendo o montante de R\$270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais), para que seja mantida a oferta das Debêntures. Sujeta à aprovação prévia da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, foi aprovada a garantia adicional mediante a constituição de penhor de (i) direitos da Companhia perante determinadas instituições financeiras e de bens da Companhia em posse dessas instituições financeiras em decorrência da arrecadação de pagamentos e/ou cobrança (e investimentos realizados com tais recursos) de clientes da Companhia pelo fornecimento de energia elétrica, e (ii) direitos de crédito da Companhia perante o banco mandatário em decorrência de conta especialmente aberta no banco mandatário para acolher transferências feitas por tais bancos arrecadadores e/ou cobradores (e investimentos correspondentes), de forma a garantir um fluxo mensal mínimo nunca inferior a 125% (cento e vinte e cinco por cento) de maior parcela mensal remanescente de principal e juros a ser paga até o integral pagamento das Debêntures.

- (iã) Foi aprovada a delegação ao Conselho de Administração da Companhia dos poderes para deliberar sobre todas as demais condições inerentes às Debêntures, incluindo sobre a oportunidade de sua emissão, nos termos do artigo 59, §1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ~~contida~~ alterada, e do parágrafo primeiro do artigo 22 do Estatuto Social. Na medida em que as condições inerentes às Debêntures forem deliberadas pelo Conselho de Administração, a Diretoria da Companhia poderá tomar todas as medidas cabíveis para efetivar a Distribuição Pública das Debêntures, incluindo, mas não se limitando, a prática dos atos necessários à assinatura do contrato de penhor mencionado acima, da respectiva escritura de emissão, à contratação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de valores mobiliários como intermediadoras, à contratação de

agente fiduciário, do banco mandatário, da instituição escrituradora, consultores jurídicos e demais instituições que eventualmente se façam necessárias para a realização da 2ª Emissão, fixando-lhes os respectivos honorários, bem como a publicação e o registro de documentos perante os órgãos competentes e o registro da Emissão perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

7. Encerramento

Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos acionistas presentes, sendo pelos mesmos autorizada a sua publicação com omissão de assinaturas, nos termos do § 2º do Art. 130 da Lei nº 6.404/76.

Niterói, 29 de abril de 2004.

Gonzalo Carbó de Haya
Presidente da Assembleia e
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Antonio Paulo Machado Fagundes
Secretário da Assembleia

EDFI - Electricidade de Portugal
Internacional, SGPS, SA

Endesa Internacional S.A.

Endesa Internacional Energia Ltda.

Energis S.A. Agencia Ilhas Cayman

Energis Internacional

Chilectra S.A.

Chilectra S.A. Agencia Ilhas Cayman

Luz de Rio Ltda.

José Alejandro Inostroza Lopez

6

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: CERJ COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Nº: 33.3.0033-24-4	
Protocolo: 00.00415/0013 - 00042004	
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 04/05/2004	
NÚMERO E DATA ABERTO	
00001433015	SECRETARIA JUDICIAL
CATA 04/05/2004	